

**Atena**  
Editora  
Ano 2021



# **Ciência Política:** Poder e Establishment

Elói Martins Senhoras  
(Organizador)

**Atena**  
Editora  
Ano 2021



# **Ciência Política:** Poder e Establishment

Elói Martins Senhoras  
(Organizador)

**Editora Chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Assistentes Editoriais**

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto Gráfico e Diagramação**

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

**Imagens da Capa**

Shutterstock

**Edição de Arte**

Luiza Alves Batista

**Revisão**

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial**

**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Linguística, Letras e Artes**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobbon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí  
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais  
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional  
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa  
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia  
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais  
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco  
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná  
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas  
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília  
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa  
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia  
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases  
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina  
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí  
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein  
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora  
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas  
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará  
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo  
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás  
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina  
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza  
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College  
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará  
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social  
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe  
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco  
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR  
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe  
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná  
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz  
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas  
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos  
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo  
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior  
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo  
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará  
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie  
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa  
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba  
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão  
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo  
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana  
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
**Bibliotecária:** Janaina Ramos  
**Diagramação:** Camila Alves de Cremona  
**Correção:** Flávia Roberta Barão  
**Edição de Arte:** Luiza Alves Batista  
**Revisão:** Os Autores  
**Organizador:** Elói Martins Senhoras

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

C569 Ciência política: poder e establishment / Organizador Elói Martins Senhoras. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-784-0

DOI 10.22533/at.ed.840211002

1. Ciência política. 2. Poder. 3. Establishment. I. Senhoras, Elói Martins (Organizador). II. Título.

CDD 320

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

**Atena Editora**

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

contato@atenaeditora.com.br

## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

## APRESENTAÇÃO

O campo epistemológico das Ciências Políticas possui uma incremental evolução histórica nos últimos cinco séculos permeada por uma crescente absorção e replicação de métodos, teorias e conceitos para a análise do poder e das ações políticas, razão pela qual é identificado por uma pluralidade de influências e enfoques propositivos.

Partindo da ampla capacidade dialógica de um campo científico relativamente aberto à pluralidade dialógica, o presente livro “Ciência Política: Poder e *Establishment*” apresenta uma instigante agenda de diferenciados estudos políticos sobre um conjunto amplo de temas da realidade política internacional e nacional.

O objetivo desta obra é apresentar a riqueza do campo científico das ciências políticas a partir de uma abrangente agenda de estudos que valoriza a pluralidade temática, metodológica e teórica para analisar a realidade do poder e da ação política humana em diferentes escalas espaciais e periodizações temporais.

Fruto de um trabalho coletivo desenvolvido por um conjunto de praticamente duas dezenas de pesquisadoras e pesquisadores, oriundos das macrorregiões do Norte, Nordeste, Sul e Sudeste do Brasil, bem como da Colômbia, este livro faz um imersivo estudo sobre distintas realidades políticas com base em diferenciadas experiências e formações profissionais ligadas diretamente ou indiretamente ao campo das Ciências Políticas.

Estruturado em 15 capítulos, este livro apresenta relevantes pesquisas que coadunam de uma mesma lógica dedutiva, partindo da abstração teórica no campo epistemológico da Ciência Política até chegar à empiria de estudos de caso, embora trazendo uma pluralidade de diferentes recortes histórico-teórico-metodológicos para a análise.

A natureza exploratória, descritiva e explicativa dos estudos do presente livro combina distintas abordagens qualitativas, paradigmas teóricos e recortes metodológicos de levantamento e análise de dados, os quais proporcionam uma imersão aprofundada em uma agenda eclética de estudos.

Os diferenciados debates apresentados nesta eclética obra foram aglutinados em quadro grandes eixos temáticos, identificados respectivamente por relevantes agendas contemporâneas de estudos sobre as relações internacionais, relações intergovernamentais, aparelho de estado, sistemas de governança, bem como participação e contestação política.

Alicerçado na pluralidade do pensamento, no estado da arte e na capacidade dialógica dos estudos com a fronteira do conhecimento no campo das Ciências Políticas, este livro traz significativos subsídios para analisar e interpretar a realidade contemporânea do local ao internacional, propiciando uma rica experiência teórica e metodológica para um amplo público de leitores.

Excelente leitura!

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
AMÉRICA LATINA: ENTRE O PASSADO E O PRESENTE COLONIAL	
Raphael Colvara Pinto	
DOI 10.22533/at.ed.8402110021	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>10</b>
LE ÉLITE POLÍTICA COLOMBIANA Y EL DEBATE DE LAS REGALÍAS PARA CIENCIA Y TECNOLOGÍA. ¿DISTRIBUCIÓN DE UNA RENTA O DESARROLLO BASADO EN EL CONOCIMIENTO?	
Ricardo Gómez Giraldo	
DOI 10.22533/at.ed.8402110022	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>20</b>
A CONSTRUÇÃO DO REGIME INTERNACIONAL PARA REFUGIADOS: DESAFIOS E OBSTÁCULOS EXISTENTES NO BRASIL	
Camila Santos Barros Moura	
DOI 10.22533/at.ed.8402110023	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>31</b>
COMO LEGITIMAR UMA OCUPAÇÃO: A INTERVENÇÃO ESTADUNIDENSE NO IRAQUE NA PERSPECTIVA DA VEJA (2003)	
Juan Filipi Garcês	
DOI 10.22533/at.ed.8402110024	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>41</b>
QUEM SE IMPORTA COM TAIWAN? NOVAS PERSPECTIVAS	
Vinícius Azevedo Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.8402110025	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>53</b>
LEGITIMIDADE ESTATAL E DILEMAS DA MODERNIDADE. A MCDONALDIZAÇÃO DO ESTADO MODERNO E OS SEUS IMPACTOS NA RECONFIGURAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL	
Sérgio Czajkowski Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.8402110026	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>65</b>
IDEIAS E INTERESSES NO PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DOS GOVERNOS ESTADUAIS	
Vinicius Boechat Tinoco	
DOI 10.22533/at.ed.8402110027	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>77</b>
A RELAÇÃO EXECUTIVO-LEGISLATIVO NA ESFERA LOCAL: O CASO DO MUNICÍPIO DE BAIÃO (PARÁ) NOS GOVERNOS JANDIRA (2005-2008) E SACI (2009-2012)	
Marcos Antonio Barros Pina Junior	

Fabio Alessandro Xavier de Sousa

DOI 10.22533/at.ed.8402110028

**CAPÍTULO 9..... 95**

A CONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL DA REGIÃO METROPOLITANA DE SOROCABA E DE SEUS MUNICÍPIOS - UMA CONTRIBUIÇÃO À GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO

Francisco Carlos Ribeiro

DOI 10.22533/at.ed.8402110029

**CAPÍTULO 10..... 111**

INTERSETORIALIDADE, CONTROLE PÚBLICO E SAÚDE: UMA ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DOS ATORES DA DÉCIMA QUINTA CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE

Eduardo Moreira da Silva

Danúbia Godinho Zanetti

Ciro Antônio da Silva Resende

DOI 10.22533/at.ed.84021100210

**CAPÍTULO 11..... 128**

A OFENSIVA EMPRESARIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA: METAMORFOSES DO “TERCEIRO SETOR”

Adelaide Ferreira Coutinho

DOI 10.22533/at.ed.84021100211

**CAPÍTULO 12..... 141**

ANÁLISE DA INFLUÊNCIA DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA ATRAVÉS DO DISCURSO DE ÓDIO E DA POLARIZAÇÃO NA DEMOCRACIA

Ana Paula Schneider da Silva

Fernanda Viana Falkoski

DOI 10.22533/at.ed.84021100212

**CAPÍTULO 13..... 146**

NEM TODA LEGALIDADE É JUSTA, NEM TODO ESTADO É DE DIREITO DEMOCRÁTICO: O GOLPE DA JUSTIÇA INÍQUA, PARCIAL E ARBITRARIA

Nila Michele Bastos Santos

DOI 10.22533/at.ed.84021100213

**CAPÍTULO 14..... 153**

MINERAÇÃO E CONFLITOS PELA POSSE DA TERRA EM CANAÃ DOS CARAJÁS: O CASO DO ACAMPAMENTO PLANALTO SERRA DOURADA

Marcelo Melo dos Santos

Thiago Martins da Cruz

Rafael Rodrigues Lopes

DOI 10.22533/at.ed.84021100214

**CAPÍTULO 15..... 165**

PROGRAMA JOVEM APRENDIZ COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO

SOCIOECONÔMICO ENTRE GAROTAS ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO

João Victor Mendes Carvalho

DOI 10.22533/at.ed.84021100215

**SOBRE O ORGANIZADOR..... 176**

**ÍNDICE REMISSIVO..... 177**

# CAPÍTULO 6

## LEGITIMIDADE ESTATAL E DILEMAS DA MODERNIDADE. A MCDONALDIZAÇÃO DO ESTADO MODERNO E OS SEUS IMPACTOS NA RECONFIGURAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

Data de aceite: 01/02/2021

Data de submissão: 02/12/2020

### Sérgio Czajkowski Júnior

Doutorando no Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Positivo (UP)  
Professor e Coordenador de Grupo de Pesquisa no UNICURITIBA  
Curitiba – Paraná  
<http://lattes.cnpq.br/3230398989453253>

**RESUMO:** Observa-se, na contemporaneidade, uma *reconfiguração* das relações existentes entre o Estado Moderno, concebido enquanto organização burocrática fruto da Modernidade, e os cidadãos; a qual decorreria da necessidade do ente estatal em legitimar a sua atuação, bem como a sua própria existência, via indicadores *racionais* cada vez mais efetivos. Ritzer, ao retomar os estudos weberianos, observa, na atualidade, uma radicalização do processo de burocratização das organizações por meio do advento de um fenômeno intitulado de *Mcdonaldização*, o qual objetivaria promover um ganho constante de produtividade, em prol da obtenção de índices/resultados cada vez mais robustos de eficiência; e cujos desdobramentos também começariam a ser sentidos na esfera pública. Pois, seguindo a racionalidade instrumental oriunda da Modernidade, os gestores estatais, a exemplo do que ocorre nas empresas privadas, poderiam reforçar a legitimidade de suas agendas (políticas públicas) através de indicadores que atestassem a sua

crescente efetividade. Diante deste cenário, o presente artigo pretende discutir o quanto este suposto ganho de produtividade não redundaria numa desfiguração/desvirtuamento das reais finalidades estatais, ao colocar em xeque a própria persecução dos interesses públicos e do bem-estar da coletividade, concebidos estes enquanto pilares que legitimariam, de fato, a própria função/existência do Estado, enquanto reflexo das aspirações populares.

**PALAVRAS-CHAVE:** Burocracia, Estado Moderno, *Mcdonaldização*, Ritzer, Weber.

### STATE LEGITIMACY AND DILEMMAS OF MODERNITY. THE MCDONALDIZATION OF THE MODERN STATE AND ITS IMPACTS ON THE RECONFIGURATION OF THE SOCIAL CONTRACT

**ABSTRACT:** In contemporary times, there is a reconfiguration of the existing relations between the Modern State, conceived as a bureaucratic organization resulting from Modernity, and citizens; which would result from the need of the state entity to legitimize its performance, as well as its own existence, via increasingly effective rational indicators. Ritzer, when resuming Weberian studies, observes, nowadays, a radicalization of the process of bureaucratization of organizations through the advent of a phenomenon called *Mcdonaldization*, which would aim to promote a constant gain in productivity, in order to obtain indexes / results increasingly robust in efficiency; and whose consequences would also begin to be felt in the public sphere. Because, following the instrumental rationality that came from Modernity, state managers, as in the case of private

companies, could reinforce the legitimacy of their agendas (public policies) through indicators that attest to their increasing effectiveness. In view of this scenario, the present article intends to discuss how much this supposed productivity gain would not result in a disfigurement / distortion of the real state purposes, by calling into question the very pursuit of public interests and the well-being of the community, these being conceived as pillars they would, in fact, legitimize the very function / existence of the State, as a reflection of popular aspirations.

**KEYWORDS:** Bureaucracy, Modern State, Mcdonaldization, Ritzer, Weber.

## 1 | INTRODUÇÃO

Ao pensarmos na forma através da qual se dá a constituição da sociedade contemporânea, vislumbramos a existência de um grande número de organizações e instituições, cada qual desempenhando diferentes modalidades de interação e cujos enlances com os diversos atores, que se fazem presentes em seu entorno, redundam em múltiplos e variados processos. Frisamos também que, em especial a partir da consolidação da Modernidade, na Sociedade Ocidental, a respectiva legitimidade (WEBER, 1982) de tais entes passou não só a ser crescentemente valorizada, como também a estar fortemente vinculada a critérios, até então, pouco expressivos.

Deste rol de valores modernos, salientamos o da efetividade (cuja essência se assenta tanto no uso racional dos recursos/insumos, como também na plena consecução dos objetivos anteriormente dispostos), o da legalidade e o da transparência, cuja observância é mais um dos legados do próprio ideário iluminista, o qual ainda estaria calcado na crença de que progresso apenas seria conduzido *pelas mãos* da razão (TOURAINÉ, 1994, p. 19).

Nas palavras de Weber (1982, p. 227), o advento da burocracia, enquanto desdobramento da Modernidade, trouxe consigo o fomento de uma gestão concebida como *racional*, a qual não ficou restrita ao ambiente estatal, fazendo inclusive com que tanto os cargos nas empresas públicas como também nas privadas, ao contrário do que se observava na Idade Média, passassem a ser ocupados por pessoas tidas como competentes e assertivas, até mesmo porque uma das características mais marcantes do Estado Moderno estaria na necessidade da sua gestão estar constantemente amparada por uma “legislação (*Gesetz*) isonômica, e não por vontades pessoais, caprichos ou privilégios herdados” (DREIFUSS, 1993, p. 87).

Por meio desta leitura, observamos que o Estado, concebido enquanto uma organização, após o advento do Iluminismo, passou a ser dotado de uma estrutura diferenciada, bem como de um novo *ethos*, o qual se assenta na crença de que a legitimidade de um gestor estatal (DREIFUSS, 1993, p. 73) perpassa não mais a mera consecução dos interesses coletivos, mas que estes sejam atingidos através de níveis crescentes de eficiência (redução de custos em prol de uma otimização dos recursos disponíveis); e cuja radicalização redundaria na consolidação de um *estado-empresa*, o qual passaria a não mais se relacionar com seus cidadãos, mas sim com seus *cidadãos-clientes*.

Marshall Bermann (1986, p. 85), no mesmo diapasão do pensador prussiano bem como fazendo alusão a um trecho do livro “O Capital”, de Karl Marx, ironicamente, menciona que: “do nascimento da mecanização e da indústria moderna (...) seguiu-se um violento abalo, como uma avalanche, em intensidade e extensão. Todos os limites da moral e da natureza, de idade e sexo, de dia e noite, foram rompidos. O capital celebrou as suas orgias”. Deste momento em diante, o advento do Capitalismo Iluminista/Moderno, aos olhos de Bermann (1986) teria cunhado uma nova *Weltanschauung* (visão de mundo), capaz de romper com o *ethos* social até então vigente, e cujos reflexos também se fizeram sentir no âmbito estatal. Ou seja, mesmo sendo inegável que tenha existido um (proto)Capitalismo na China, na Índia, na Babilônia, na Antiguidade Clássica, na Idade Média, mas “em todos estes casos faltava (...) este *ethos* particular” (WEBER, 1982, p. 183), capaz de garantir a sua respectiva legitimação.

Dando prosseguimento ao fenômeno de racionalização-burocratização da sociedade apresentado por Max Weber e iniciado com a consolidação da Modernidade, George Ritzer (2011) destaca a existência, na atualidade, de um processo (em alguns casos velado e sutil, e em outros, um pouco mais explícito) de *Mcdonaldização* de muitos segmentos da economia, o qual também abarcaria até mesmo setor público, fazendo com que uma série de serviços públicos passassem a ser ofertados a partir de uma nova configuração - sob o argumento de que tais transformações possibilitariam uma maior eficiência em termos operacionais, ao mesmo tempo em que promoveriam níveis crescentes de satisfação por parte dos cidadãos.

Diante desta nova conjuntura, a indagação que surge é a seguinte: “até que ponto a suposta busca desenfreada pela eficiência estatal observada em muitas situações, na contemporaneidade, objetiva, de fato, uma maior satisfação por parte dos cidadão; ou será que tal processo, na verdade, não consiste numa forma, muitas vezes, velada do ente estatal se desincumbir de uma série de obrigações/deveres inerentes ao próprio contrato social?”

A partir destas considerações iniciais, o presente artigo objetiva demonstrar o quanto a busca incessante pela eficiência estatal é capaz, de fato, de garantir a sua legitimidade (concebida como estando vinculada à sua capacidade de servir enquanto catalizador das aspirações sociais), ou se tal processo não acaba por alijar os cidadãos dos processos decisórios. Frente a tal intento, destacamos os seguintes objetivos secundários: compreender o processo de consolidação do Estado Racional Moderno (fruto, aos olhos de Weber, da burocratização do seu aparato interno), apresentar o conceito de *Mcdonaldização* e os seus impactos na sociedade contemporânea e, por fim, tecer algumas considerações em torno da real possibilidade deste modelo ser transposto para as relações delineadas entre os cidadãos e o aparato estatal (o que também contemplaria os processos que se dão nas esferas estadual e municipal).

Por fim, salientamos que tal análise possui uma pertinência muito grande para os

estudos organizacionais, em especial para aqueles que voltam o seu olhar para as relações que se dão entre o Estado e os cidadãos, visto que um questionamento bastante salutar que, hoje em dia, se faz premente decorre da necessidade de, num primeiro momento, reveremos quais seriam os reais pilares garantidores da própria legitimidade estatal, ao mesmo tempo em que devemos estar cientes de que, na contemporaneidade, o ente estatal não tem como se descolar plenamente da própria *cultura do mercado*, hoje em dia reinante. Assim sendo, ao mesmo tempo em que o Estado contemporâneo não tem como se afastar por completo da conjuntura, por hora, existente, seus membros necessitam demonstrar que continuam cientes de que a vontade popular sempre deveria imperar.

## 21 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA - A MODERNIDADE E O SURGIMENTO DO ESTADO MODERNO

Quando nos deparamos com a expressão Modernidade, é importante, logo de início, salientarmos que, mesmo não existindo por parte dos autores, nacionais e estrangeiros, um consenso pleno em torno deste conceito, procuraremos, no presente capítulo, demonstrar que, com o advento desta, enquanto tentativa (frutífera para uns, e frustrante para outros) de se concretizar os ideais iluministas-burgueses, relacionados à crença no poder da razão e do progresso, foram estipulados novos valores socioculturais e políticos, através da “difusão dos produtos da atividade racional, científica, tecnológica e administrativa” (TOURAINÉ, 1994, p. 19).

Tais ideais, posteriormente, vieram a redundar, por exemplo, no atual conceito de cidadania, na percepção de direitos humanos, na ideia de dignidade da pessoa humana, na distinção e subsequente separação entre as esferas pública e privada, bem como em outros princípios axiológicos contemporâneos, como as noções de liberdade (emancipação cultural e política) e igualdade, hodiernamente, extremamente valorizados pela sociedade ocidental (DALLARI, 2002, p. 10).

Para Touraine (1994, p. 139), a Modernidade seria fruto dos ideais iluministas (*Aufklärung*) europeus, sendo que “o pensamento modernista se apoiou na correspondência afirmada entre a libertação do indivíduo e o progresso histórico”. Com o advento do pensamento moderno, percebeu-se que as esferas axiológicas se desprendem da religião, fazendo com que as antigas crenças que se fizeram presentes na Idade Média se secularizassem. Neste momento, portanto, observamos que a antiga fé na Divina Providência deu lugar a uma crença laica focada na liberdade individual, ou seja, no livre arbítrio (DALLARI, 2002, p. 14).

Weber (1982), dando um passo a mais nesta análise, acreditava que a Modernidade também promoveu a ascensão de um novo *ethos* (arcabouço ético-moral) que o mesmo denominou de *Espírito do Capitalismo*, o qual não se limitaria a mera prevalência de trocas comerciais monetizadas, mas sim de uma nova forma de se enxergar o próprio papel do

homem e das organizações. O Capitalismo, aos olhos de Weber, mesmo não sendo algo inerente exclusivamente ao mundo ocidental moderno, teria, a partir da sua feição moderna, como uma de suas principais características, a valorização de uma *Filosofia da Avariza*, a por meio da qual se prima pela figura do *homem (gestor) honesto*, exemplo maior do ideal de homem burguês, o qual se mostra não só capaz de cuidar do seu dinheiro como também de permitir que a sua riqueza aumente de forma honesta, legal e transparente, ano após ano.

Ganhar dinheiro dentro da ordem econômica moderna é, enquanto for feito legalmente, o resultado e a expressão de virtude e de eficiência em uma vocação; e essas virtude e eficiência são, como não é difícil de ver agora, o verdadeiro alfa e ômega da ética de localizar [BENJAMIN] Franklin (WEBER, 1982, p. 186).

É por isto mesmo que, em se analisando com mais cuidado os preceitos capitalistas existentes, percebemos que o apregoado “não é uma simples técnica de vida, mas sim uma ética peculiar, cuja infração não é tratada como uma tolice, mas como um esquecimento do dever” (WEBER, 1982, p. 182). E, a exemplo do que será demonstrado no próximo capítulo, tal postura pautada em uma maior austeridade também passou a prevalecer no âmbito estatal, de tal sorte que os governantes, por exemplo, passam a ser fiscalizados bem como obrigados à prestarem contas dos seus atos.

Assim sendo, o que Weber procura demonstrar em seus escritos é que muito embora não haja como se negar que as dimensões da razão e da previsibilidade levaram a uma dessacralização, ou ainda a um desencantamento do mundo, imprimindo, na sequência, uma nova feição ao Estado Moderno, estas somente tiveram uma influência parcial em torno da sua atual configuração, a qual também teve o seu desenho ditado pelo *espírito do Capitalismo*.

## **O Estado Moderno e a Burocracia**

No que diz respeito mais especificamente à constituição do Estado Moderno salientamos que, em termos históricos, Nicolau Maquiavel (1469-1527), tido como pai da Ciência Política Moderna, teria sido o primeiro pensador ocidental a vislumbrar a inevitável passagem do modelo feudal (ainda atrelado a uma economia descentralizada e gerida por gestores que se legitimavam a partir de elementos religiosos, carismáticos e/ou metafísicos) para o *racional burocrático-legal* (WEBER, 1982), dotando a expressão Estado da interpretação semântica, hoje em dia, empregada e que, dentre outras, se assenta numa distinção mais clara e precisa entre as esferas pública e privada, bem como na ideia de cidadania enquanto possibilidade de participação (SADEK, 1996, p. 60).

A ascensão do Estado moderno promoveu uma nova leitura do papel dos gestores públicos os quais passam a ser analisados “por seus atos concretos e não por suas meras intenções” (LEFORT, 1980a, p. 14), fazendo com que os monarcas, como forma de legitimar

sua própria permanência no poder, devessem se cercar de pessoas capazes (eficientes e não meramente confiáveis) de lhes auxiliar em suas funções político-administrativas (situação análoga à observada, hoje em dia, nas organizações privadas).

Neste sentido, percebemos que, com a passagem da forma estatal medieval para o Estado Moderno, mesmo levando-se em consideração a sua formatação inicialmente absolutista, tem-se início, dentro de uma leitura weberiana da realidade, a implantação de um modelo de *dominação legal-razional*, em substituição ao anterior, caracterizado por fortes traços tradicionais e até mesmo carismáticos<sup>1</sup>. Neste mesmo momento histórico, o Estado Moderno, de forma paulatina e ininterrupta, torna-se uma organização distinta da sociedade civil, e da própria figura do governante (do rei), sendo tido como uma expressão das aspirações daquela e não mais deste (STRECK; MORAIS, 2004, p. 24-25).

Portanto, deste marco histórico em diante, o próprio patrimônio dos gestores passou a ser visto como algo que não poderia se imiscuir com o patrimônio público e/ou das organizações, ao mesmo tempo em que o poder, para se empregar uma expressão de Nicolau Maquiavel, passa a se assentar no trono (no cargo) e não mais no indivíduo.

A constituição de um Estado Moderno também trouxe consigo o advento de um ideal de isonomia (BURKE, 2012, p. 42), diante da noção de que os cidadãos deveriam (a exemplo do que acontece até os dias de hoje) ser tratados de forma igualitária, receber o mesmo tratamento e pautar suas ações via um viés meritocrático. Frente ao advento do estado burocrático moderno, as “indicações a cargos públicos deveriam ser feitas exclusivamente com base no mérito dos candidatos” (BURKE, 2012, p. 44), sendo que a sua atuação deveria ser regulamentada por uma autoridade permanente e pública (WEBER, 1982, p. 229).

Ainda para Weber, o Estado Moderno também poderia ser caracterizado como uma “associação compulsória que organiza a dominação” (DREIFUSS, 1993, p. 88), a qual necessita estar assentada em argumentos lógico-razonais, bem como numa estrutura que permita demonstrar aos seus súditos um alto índice de eficiência. Para Weber (1982, p. 227), e seguindo os passos da Maquiavel, a *burocracia* moderna, entendida como aparato administrativo voltado à gestão racional do Estado, também seria dotada de algumas peculiaridades, inexistentes no feudalismo, tais como: a existência de leis ou de normas administrativas, imbuídas de um caráter regulador, as quais visavam a garantir uma maior confiabilidade, segurança e eficiência à administração estatal.

Na estrutura burocrática, também se encontra uma divisão hierárquica que pressupõe uma separação rígida entre os postos de comando e os de execução, fazendo com que a administração burocrática tenha a tendência em adotar um modelo piramidal, não sendo à toa que, no caso das empresas privadas, bem como dos órgãos públicos, verifica-se ser comum que o grande empresário, a exemplo do governante-mor, seja visto como o primeiro

1 Partindo-se das premissas estabelecidas pela sociologia weberiana, verifica-se, a exemplo do que apresentamos ao trabalharmos o conceito de autoridade, a existência de três tipos puros de dominação: o *tradicional-familiar*, o *carismático* e o *racional-burocrático-legal* (WEBER, 1999, p. 57-63).

e mais relevante ator da organização (WEBER, 1982, p. 230).

## **A Mcdonaldização do Estado Moderno e os seus impactos na sociedade**

O termo *Mcdonaldização* da sociedade surgiu através de uma análise promovida, nos anos 90, por George Ritzer em torno do processo de contínua e ininterrupta burocratização da sociedade ocidental. Neste sentido, “the mcdonaldization thesis is based on Max Weber’s classic, turn-of-the-twentieth-century theory of the rationalization of the West” (RITZER; DEAN, 2015, p. 223). Na concepção de Weber, “modern society, especially the Western world, is growing increasingly rationalized” (RITZER, 2000, p. 46), sendo que tal processo de racionalização, a exemplo, do que fora salientado no capítulo anterior, também se assentava num novo *ethos*, oriundo do *Espírito do Capitalismo*.

Um dos pontos mais interessantes das concepções defendidas por Ritzer (2015) decorre da constatação de que o processo de racionalização e burocratização, outrora estudados por Weber, se expandiram para setores da sociedade que jamais teriam sido imaginados pelo autor prussiano. Ou seja, Ritzer foi capaz de perceber que certos princípios inerentes ao modelo racional-burocrático weberiano não só foram absorvidos por outros segmentos da economia, como também sofreram um processo de adaptação/mutação com o objetivo de garantir, pelo menos na teoria, uma crescente e ininterrupta eficiência dos resultados obtidos.

Se Max Weber acreditava que o sistema burocrático havia se tornado o modelo organizacional mais comum nas organizações a partir do século XIX, Ritzer defende que a *Mcdonaldização* seria o modelo que passaria a vigorar do século XXI em diante. Neste sentido, Ritzer vislumbra a *Mcdonaldização* tal como sendo: “the process by which the principles of the fastfood restaurant are coming to dominate more and more sectors of American society as well as of the rest of the world” (RITZER, DEAN, 2015, p. p. 223). Ou seja, da mesma forma que Weber vislumbrava a racionalização e subsequente desencantamento como pilares que sustentam o modelo burocrático-legal, o cerne da *Mcdonaldização* estaria assentado em princípios oriundos da cultura do *fast-food*, como no que diz respeito à *descartibilidade* ou ainda à *ludificação* de muitos processos.

Ritzer ao desenvolver a sua teorização, acreditava que o processo de *Mcdonaldização* da sociedade estaria assentado em 5 grandes princípios, cuja sinergia garantiria os resultados finais. Tais princípios seriam: “Efficiency, Calculability, Predictability, Control through the substitution of technology for people, and paradoxically the irrationality or rationality” (RITZER, DEAN, 2015, p. 223), cujas principais características serão detalhadas a seguir.

### **Os cinco princípios fundamentais**

A **efficiency** (eficiência) consiste na premissa de que sempre devemos optar pelos melhores meios em prol do resultado final pretendido. Ou seja, não basta que o gestor simplesmente ofereça aquilo que os seus clientes desejam, pois, todo o processo

de prestação deve ser minuciosamente estudado, esmiuçado e mapeado em torno da eliminação de qualquer custo extra, o qual possa encarecer o produto final. Nas palavras de Ritzer e Dean (2015, p. 223), a eficiência perpassa “the effort to discover the best possible means to whatever end is desired”. No caso das redes *de fastfood*, um dos desdobramentos mais explícitos do emprego deste tipo de princípio decorre, por exemplo, da inexistência de garçons nos restaurantes, bem como da necessidade dos próprios clientes terem de escolher as suas mesas, recolher o seu próprio lixo, bem como parar seus próprios carros;

A **calculability** (*calculabilidade*) se assenta na crença de que o mundo pode ser compreendido a partir de uma ótica quantitativa, fazendo com que as “things that can be calculated, counted, and quantified” (RITZER, DEAN, 2015, p. 223). Neste caso, qualquer processo dotado de uma maior subjetividade e/ou flexibilidade passa a ser mal visto frente à crença de que a adoção de tal postura redundaria num menor controle por parte dos gestores;

A **predictability** (*previsibilidade*) vincula-se à ideia de que “the things being the same from one time or place to another” (RITZER, DEAN, 2015, p. 224). A ideia central de tal princípio vincula-se à capacidade de uma organização oferecer produtos cada vez mais padronizados/ comoditizados, confeccionados por meio de processos inflexíveis, os quais passam a ser executados por funcionários dotados de uma liberdade cada vez menor. Tal princípio se assenta na valorização de uma pretensa sensação de segurança por meio de uma intensa padronização, a qual, em tese, reduziria qualquer possibilidade de falha e/ou insucesso;

O **controle sobre as pessoas através da substituição das pessoas por novas tecnologias** (*Control (of people) through replacement of human with nonhuman technology*) decorre do crescente emprego de tecnologias mecanizadas no desenvolvimento de funções outrora desempenhadas por seres humanos. A grande vantagem desta transposição é que além do emprego de tecnologias não humanas permitir um barateamento nos custos finais (pois as máquinas podem trabalhar 24 horas por dia, 7 dias por semana, sem serem remuneradas ou exigirem melhores condições de trabalho), tal processo sempre é *vendido* (apresentado) para os clientes como sendo decorrente da preocupação de uma dada organização em estar “à frente do seu tempo”;

A **irracionalidade da racionalidade** (*Irrationalities of rationality*) seria um aparente paradoxo no processo de *Mcdonaldização* da sociedade, pois redundaria em resultados nem sempre satisfatórios seja para as organizações, seja para os seus clientes (a exemplo do que ocorre com a insatisfação que muitas pessoas sentem ao serem atendidas por máquinas incapazes de solucionar suas reais demandas). Ritzer de forma bastante perspicaz observa que inúmeros dos desdobramentos inerentes ao princípio da **irracionalidade da racionalidade** passam desapercibidos por boa parte das pessoas, as quais também são desestimuladas a desenvolver qualquer modalidade de sugestão, mostrando-se, por fim, incapazes de imprimir uma análise crítica dos processos frente aos quais são submetidas.

Processo análogo ocorreria ao estudarmos às relações existentes entre os entes estatais e os cidadãos, visto que muitas mazelas, hoje em dia, existentes, são fruto indiretos, a exemplo do que explicitaremos, com mais detalhes, no próximo capítulo, da imposição exacerbada de uma *cultura de mercado*, a qual gera, em muitos casos, até mesmo uma inversão do papel do estado no que tange a sua função de garantidor das aspirações populares.

### 3 | ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS - A MCDONALDIZAÇÃO DOS SERVIÇOS ESTATAIS

Diante do que fora apresentado no capítulo anterior, percebemos que muito daquilo que Ritzer havia constatado na esfera privada também possui desdobramentos mais ou menos perceptíveis na esfera pública, redundando em um processo de *Mcdonaldização* até mesmo das relações que se processam entre os cidadãos e o estado. A título de sugestão, basta mencionarmos a crença bastante disseminada na sociedade moderna, mas nem sempre válida em sua plenitude, de que a administração estatal é sempre calcada por baixos índices de eficiência, fazendo com que ente estatal sempre seja concebido, *a priori*, como um mau gestor.

O problema deste tipo de pensamento vincula-se, num primeiro momento, aos indicadores empregados (muitos dos quais são oriundos da iniciativa privada, a qual, ao contrário do estado, possui como finalidade última a lucratividade); num momento seguinte, tal observação esbarra, a título de ilustração, na necessidade do ente estatal, em muitos casos, ter de abrir mão da eficiência em prol da consecução de um interesse legítimo (no que diz respeito, por exemplo, a implantação de linhas de ônibus que passam por locais pouco habitados, ou ainda que apresentam uma baixa densidade demográfica). Não se quer afirmar, com isto, que a administração pública sempre seja um exemplo em termos de eficiência, contudo, apenas desejamos deixar bem claro que não se pode simplesmente se transpor um indicador criado num contexto moldado pelo interesse privado para a esfera pública.

Salientamos que, a exemplo do que é dito por Ritzer, “McDonaldization isn’t efficient for everyone” (RITZER, DEAN, 2015, p. 226). Portanto, o processo de contínua padronização dos serviços públicos, a exemplo do que acontece com o atendimento dos cidadãos, nem sempre redundam numa maior eficiência para todos os cidadãos, visto que muitas ações, uma vez não atingindo o intento esperado, precisam ser refeitas, o que acaba onerando o estado no médio e longo prazos.

Um outro detalhe bastante interessante em torno do uso de novas tecnologias por parte do ente estatal diz respeito à facilidade com que os cidadãos/contribuintes, hoje em dia, possuem de saldar as suas dívidas, a qual contrasta com a dificuldade encontrada quando os mesmos cidadãos necessitam, por exemplo, obter o ressarcimento de algum

valor (pago a mais), ou ainda almejam a reparação do ente estatal frente a algum dano sofrido. Ou seja, o que observamos é uma modernização seletiva dos serviços estatais, muitos dos quais, mesmo quando *modernizados* em termos tecnológicos, não sem mostram necessariamente mais *amigáveis* (diante do fator usabilidade) aos cidadãos.

Ritzer, ao analisar a *irracionalidade* da Mcdonaldização, também faz menção à *illusion of fun*, numa tentativa de ludificar todos os processos em prol de uma maior aceitação por parte dos clientes. No caso do ente estatal, o que observamos, dentre outros, é a promoção de inúmeras ações de comunicação integrada muitas delas empregando personagens e outros recursos mercadológicos com o intento de demonstrar para a população de que esta poderia ficar *tranquila/segura* quanto às decisões que vem sendo tomadas pelo estado, visto que estas sempre almejavam atingir o bem-estar da coletividade. Situação análoga ocorre quando o Estado passa a empregar estratégias de Gamificação como forma de incentivar que os cidadãos exijam nota fiscal dos estabelecimentos comerciais.

Outro ponto importante abordado por Ritzer refere-se ao sentimento de “falsa fraternização/entrosamento”, no que diz respeito à criação de uma sensação ilusória de amizade ou ainda de proximidade (RITZER, DEAN, 2015, p. 227). No caso do ente estatal, observamos que são criados subterfúgios que fazem com que os cidadãos se sintam não só próximos, como também constantemente amparados pelo estado. Um exemplo diz respeito ao *e-gov*, o qual, pelo menos na teoria, levaria uma série de serviços estatais a locais antes não assegurados.

Por meio dos pontos levantados até aqui, podemos observar que o processo de Mcdonaldização, enquanto radicalização de muitos dos vinculados a busca pela eficiência do estado, em última análise, promoveu não apenas uma menor possibilidade de interação ou ainda de participação dos cidadãos, bem como uma reconfiguração de muitos serviços estatais, muitos dos quais passaram a ser apresentados como sendo mais eficientes, o que não redundou, em todos os casos, em uma ampliação dos níveis de satisfação.

## 4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do presente material, procuramos demonstrar que, segundo a leitura desenvolvida por Ritzer, se as organizações, a partir dos séculos XVIII e XIX, passaram a ser moldadas por uma racionalidade burocrática, na contemporaneidade, estas - incluindo o próprio estado - passaram a ser regidas por uma nova lógica, intitulada Mcdonaldização, a qual pressupõe a transposição de uma série de princípios originários da cultura do *fastfood* para o âmbito organizacional.

Se, a partir do Iluminismo, o homem ocidental passou a guiar a sua vida por princípios não mais assentados prioritariamente em pressupostos divinos/teológicos (metafísicos), o próprio estado, deste momento em diante, precisou revisar o seu papel como forma de garantir a sua própria legitimidade. Neste sentido, Weber salienta que o Espírito do

Capitalismo não só promoveu alterações no campo individual/pessoal, como também foi responsável pela cunhagem de um novo *ethos*, responsável pelo advento de uma nova concepção de estado enquanto organização pautada por princípios logico-rationais e organizada via burocracia.

No caso da Mcdonaldização do Estado, vislumbramos que esta inverteu, em muitas situações, uma série de conquistas oriundas da Modernidade, em especial, no que diz respeito a uma maior possibilidade de participação por parte dos cidadãos. O que se observou, a exemplo daquilo que apresentamos no artigo, é que, sob o falso argumento de uma busca contínua e ininterrupta por crescentes índices de eficiência, muitos processos decisórios passaram a ser tomados sem qualquer tipo de interferência da população. Ou seja, o que passou a imperar a partir do processo de *Mcdonaldização* foi a constituição de uma cidadania mais súdita, o qual a acredita que um governo é legítimo a partir do momento em que apresenta elevados índices de eficiência.

Por fim, acreditamos que o presente artigo pode ensejar o desenvolvimento de futuros estudos, nos quais sejam desenvolvidos estudos casos dotados de um caráter mais empírico como forma de corroborar, em definitivo, as teses por hora apresentadas.

## REFERÊNCIAS

BERMANN, M. **Tudo o que é sólido desmancha no ar: Marx: modernismo e modernização**. 15ª edição. São Paulo. Companhia das Letras. 1986.

BURKE, P. **O historiador como colunista**. Civilização Brasileira; 3ª Edição. 2012.

DALLARI, D. de A. **Elementos de teoria geral do Estado**. 23ª edição. São Paulo. Saraiva. 2002.

DREIFUSS, R. **Política, Poder, Estado e Força - uma leitura de Weber**. Petrópolis. Vozes. 1993.

LEFORT, C. *A primeira figura da filosofia da práxis – Uma Interpretação*. In: QUIRINO, C. G.; SADEK DE SOUZA, M. T. **O pensamento político clássico**. São Paulo. T. A Queiroz Editor Ltda. 1980a.

LEFORT, C. *Sobre a lógica da força*. In: QUIRINO, C. G.; SADEK, M. T. **O pensamento político clássico**. São Paulo. T. A Queiroz Editor Ltda. 1980b.

RITZER, G; *The Weberian Theory of Rationalization and the McDonalitzation of Contemporary Society*. In: KEVISTO, Peter. **Illuminating Social Life**. SAGE. 2011.

RITZER, G; DEAN, P. **Globalization: A Basic Text**. Wiley-Blackwell. 2nd Revised ed. 2015.

SADEK, M. T. **Maquiavel: a política como ela é**. São Paulo. FTD. 1996.

STRECK, L. L.; MORAIS, J. B. de **Ciência política e teoria geral do estado**. 4ª edição. Porto Alegre. Livraria do Advogado Editora. 2004.

TOURAINÉ, A. **Crítica da modernidade**. Petrópolis: Vozes. 1994.

WEBER, M. **Ciência e política: duas vocações**. 11ª edição. São Paulo. Cultrix. 1999.

WEBER, M. **Ensaio de Sociologia**. 5ª edição. LTC. São Paulo. 1982.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Accountability 113, 115, 116, 117, 121, 122, 125, 127, 133, 135

América Latina 1, 2, 4, 7, 8, 9, 10, 115, 116, 132, 136, 139

### B

Brasil 2, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 39, 65, 69, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 78, 79, 80, 89, 93, 98, 99, 110, 118, 127, 128, 130, 131, 137, 139, 141, 144, 145, 146, 147, 148, 150, 151, 162, 163, 168, 169, 174

Burocracia 53, 54, 57, 58, 63, 68, 75

### C

Capitalismo 3, 17, 19, 55, 56, 57, 59, 63, 129, 133, 162, 170

Carajás 153, 154, 155, 156, 157, 158, 160, 161, 162, 163, 164

China 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 55

Colômbia 10, 11

Colonialidade 1, 2, 3, 8, 9

Conflitos 42, 43, 50, 79, 92, 135, 138, 153, 154, 155, 156, 158, 161, 162, 163

Controle social 4, 40, 111, 113, 115, 116, 118, 119, 120, 121, 123, 124, 125, 137

### D

Democracia 5, 8, 37, 38, 39, 74, 75, 115, 118, 138, 141, 142, 143, 144, 145

Desigualdade 3, 6, 101, 130, 133, 135, 148, 168, 173, 174

Discurso 4, 6, 8, 10, 35, 37, 132, 133, 141, 142, 143, 144, 145

### E

Educação básica 128, 129, 131, 134, 136

Eleições 44, 48, 81, 82, 83, 84, 85, 87, 88, 92, 93, 116, 144

Elite 2, 4, 6, 10, 11, 148, 150, 151

Estado 2, 3, 4, 5, 7, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 18, 21, 24, 25, 26, 27, 28, 44, 47, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 61, 62, 63, 65, 69, 73, 74, 76, 81, 82, 93, 97, 98, 99, 114, 115, 117, 118, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 140, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 157, 161, 162

Estado de exceção 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152

Estados Unidos 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 52, 78, 137

Executivo 68, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 108, 138, 151, 154

## **G**

Gênero 3, 132, 165, 166, 167, 169, 171, 173, 174, 175

Globalização 1, 4, 5, 6, 8, 35, 133, 170

Golpe 146, 147, 149, 150, 151, 152

Governo 7, 20, 21, 23, 24, 27, 29, 30, 35, 36, 37, 38, 39, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 63, 66, 67, 69, 70, 71, 73, 74, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 83, 84, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 112, 113, 117, 135, 137, 138, 141, 142, 143, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 152, 154, 167

Guerra 22, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 44, 48, 137

## **I**

Independência 8, 41, 45, 46, 47, 49, 90

Instituições 1, 2, 4, 5, 24, 26, 28, 29, 48, 49, 54, 65, 66, 70, 73, 76, 108, 109, 113, 115, 116, 126, 132, 135, 137, 138

Intersetorialidade 111, 112, 113, 115, 116, 117, 118, 121, 124, 126, 127

Intervenção 31, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 46, 89, 126, 129, 136

Iraque 31, 35, 36, 37, 38, 39

## **J**

Jovem aprendiz 165, 166, 167, 171, 172, 173, 174

Justiça 8, 23, 146, 147, 148, 151, 159, 171

## **L**

Legislativo 77, 78, 79, 80, 81, 87, 88, 89, 91, 92, 93, 94, 108, 135, 151

Legitimidade 1, 3, 7, 53, 54, 55, 56, 62

## **M**

Mcdonaldização 53, 55, 59, 60, 61, 62, 63

Mentalidade 7, 10, 11, 34

Mercado de trabalho 24, 26, 27, 74, 117, 129, 165, 166, 167, 169, 170, 172, 173, 174

Mineração 153, 154, 155, 156, 157, 160, 161, 162, 163

Modernidade 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 53, 54, 55, 56, 63, 64

Movimentos sociais 115, 116, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 137, 154, 171

## **O**

Ódio 141, 142, 143, 144, 145, 149, 150

ONG 136, 137, 166

ONU 24, 29, 36, 42, 45, 46, 52, 173, 175

## **P**

Participação 7, 24, 27, 28, 29, 57, 62, 63, 73, 81, 91, 97, 98, 99, 100, 101, 103, 104, 106, 107, 108, 109, 111, 114, 115, 118, 120, 121, 123, 124, 125, 126, 131, 133, 134, 138, 141, 142, 143, 144, 145, 165, 166, 169, 170, 172, 173, 174

Poder(es) 1, 2, 3, 4, 6, 8, 9, 10, 14, 15, 16, 17, 18, 32, 35, 36, 37, 41, 43, 44, 48, 49, 56, 58, 63, 67, 77, 78, 79, 86, 88, 89, 90, 94, 108, 115, 131, 133, 138, 141, 142, 143, 146, 147, 149, 152, 156, 170

Polarização 82, 141, 142, 143, 144, 145

Políticas públicas 20, 21, 29, 53, 69, 73, 76, 89, 95, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 115, 116, 117, 118, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 131, 137, 138, 139, 175, 176

## **R**

Racionalidade 3, 53, 60, 62

Reformas administrativas 65, 66, 69, 71, 73, 76, 83

Refugiado(s) 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30

Refúgio 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 29, 30

Regime internacional 20, 21

## **S**

Saúde 21, 24, 25, 26, 27, 29, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 129, 132, 133, 136, 139, 144, 148, 153, 171

Sociedade 1, 6, 7, 21, 24, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 35, 43, 50, 54, 55, 56, 58, 59, 60, 61, 69, 74, 75, 92, 114, 115, 118, 124, 126, 127, 130, 131, 133, 135, 136, 137, 138, 141, 163, 165, 176

SUS 13, 16, 17, 112, 113, 114, 115, 116, 122, 125, 126, 127

## **T**

Taiwan 41, 42, 43, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52

Terceiro setor 128, 129, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139

## **V**

Veja 31, 32, 34, 35, 37, 38, 39, 40, 134

## **W**

Weber 17, 19, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 62, 63, 64, 94

- 🌐 [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)
- ✉ [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)
- 📷 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
- 📘 [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

# **Ciência Política:** **Poder e Establishment**

- 🌐 [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)
- ✉ [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)
- 📷 @atenaeditora
- 📘 [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

# **Ciência Política:** Poder e Establishment